

Então, pessoal, eu agradeço imensamente a homenagem que a Assembleia está nos fazendo e em nome em todos os bombeiros que estão aqui e os que não puderam vir.

Também aproveito a oportunidade para agradecer a todos os bombeiros, aos brigadistas, à Defesa Civil, enfim, todos os nosso parceiros que atuaram ali e que nos deixaram uma lição: a integração é o que precisamos. Precisamos cada vez mais integrar o público, o privado e melhorar processos para que a gente enfrente desafios como esse, mas de forma segura.

E agora temos uma obrigação, já estamos fazendo em conjunto, que é deixar para gerações futuras, normas para proporcionar maior segurança, maior qualidade vida para toda a nossa população.

Tivemos nessa ocorrência um fator diferenciado que é o uso do WhatsApp para falar com a população, porque, da mesma forma, a população recebia notícias que não eram reais, e nós utilizamos da mesma forma as ferramentas de mídias para falar com a população no momento real da ocorrência.

Enfim, só tenho a agradecer a todos, a todos mesmo. Do Legislativo, do Executivo, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar como um todo, das Forças Armadas, da Defesa Civil, dos Brigadistas das várias empresas, nem vou citar aqui nomes de empresas com receio de esquecer algum.

Meu muito obrigado a todos os senhores que fizeram tudo isso e que fizeram Santos continuar segura. Santos é segura e continuará segura.

Só tenho a agradecer a todos e obrigado, deputado, muito obrigado. (Palmas.)

Isso é para nós, não é para mim. Eu recebi, mas é para todos nós. Desde os brigadistas, Defesa Civil, para todo mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Convido aqui para a entrega simbólica de um dos diplomas de Honra ao Mérito, o major Tenório, comandante do 6º Grupamento de Bombeiros, representando a Baixada Santista e todo o Vale do Ribeira. Por favor. (Palmas.)

\* \* \*

- É feita a entrega da homenagem.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Coronel Marco Aurélio, comandante-geral do Corpo de Bombeiros. Coronel Duarte, subcomandante do Corpo de Bombeiros, major Tenório, em nome de quem cumprimento todos os demais bombeiros do Estado de São Paulo. Coronel Del Bel, amigo, leve o abraço ao nosso querido prefeito Paulo Alexandre Barbosa. Aos deputados aqui presentes, Coronel Camilo, Delegado Olim, Itamar Borges, amigo e deputado federal Ubiali. Boa noite.

Senhoras e senhores, em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela oportunidade de vivenciar esta noite. Depois, quero também agradecer todos vocês que, sensibilizados pelo convite, comparecem à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Como autor da propositura desta sessão solene, vejo como esta data é ainda mais especial. A disciplina, os treinamentos, a determinação e a coragem venceram as limitações e o inu-tilidade.

Tendo raízes naquela região, e estando no meu primeiro mandato, como deputado estadual, há poucos dias, pude realmente “sentir na pele” as responsabilidades de um represen-tante eleito. As perguntas e cobranças sobre o incêndio eram intensas em todos os cantos da Baixada Santista.

Um incêndio naquelas proporções, dentro de um perímetro industrial, e extremamente habitado e movimentado, como é o caso do bairro da Alemoa, em Santos, poderia ter provocado algo bem pior, uma verdadeira tragédia, talvez... E não foi o que aconteceu.... Nenhuma vítima. Uma grande vitória depois de tantos dias de angústia.

Senhoras e senhores, falo aqui de um local que abrigava 175 tanques com capacidade para até 10 mil m³ cada, o que perfaz um total que poderia encher com tranquilidade mais de 92 piscinas olímpicas. Tudo isso, localizado em uma área de 183.871 m², ou seja, maior do que 11 estádios de futebol.

Como se não bastasse os números superlativos, a empresa armazenava em suas dependências produtos como: combustí-veis, óleos vegetais, etanol, corrosivos químicos e ácidos muito perigosos.

Isso obrigou as autoridades, que já haviam instalado o Comitê de Acompanhamento da Crise, agissem com rapidez e determinassem que até as Forças Armadas, a Aeronáutica e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) destacassem equipamentos para apoiar no controle do incêndio.

Essa união resultou na vinda do chamado LGE - líquido gerador de espuma - uma espuma gelatinosa que ajudou a apagar o fogo.

Foram utilizados ainda 14 quilômetros de mangueiras, três embarcações para a retirada da água do canal do Porto de San-tos, para que fosse direcionada ao incêndio, além do auxílio de ao menos 24 viaturas de diversos grupamentos, além daquelas que foram cedidas pela Petrobras. Sem falar de oito “termina-tors”, que são equipamentos que lançam até 15 mil litros de água por minuto, todos apontados para o fogo.

Por tudo isso, não é toa, hoje é conhecido como o maior incêndio do Brasil e um dos maiores do mundo, além de tam-bém requisitar um número recorde de bombeiros e profissio-nais, brigadistas e membros da Defesa Civil, além de outros servidores públicos de retaguarda.

A gravidade e a grandiosidade do desastre foram confirma-das e reconhecidas por muitos órgãos e autoridades.

Muitos ajudaram e colaboraram. No entanto, foram vocês que “puseram a mão na massa”, que arriscaram suas vidas, que dobraram turnos e escalas, dia e noite, que cancelaram e suspenderam férias, enfim, que deixaram vossas famílias em casa em prol de uma causa. Vencer o fogo e assim trazer tran-quilidade ao povo. Essa era a principal missão.

O medo, em todo o ser humano e também em vocês, existe, mas os bombeiros de São Paulo, através de anos de treinamen-to, conseguem manter a calma nas situações extremas, desem-penhando seu trabalho com excelência e vencendo o medo.

Esta Casa de Leis representa todos os paulistas. Noventa e quatro deputadas e deputados eleitos que devem falar em nome de mais de 42 milhões de pessoas.

É em nome dos paulistas e brasileiros que moram em São Paulo, que tenho a honra de falar a cada um de vocês: “Muito, mas muito obrigado pelo esforço e pelo cumprimento perfeito do dever que vocês todos tiveram nesse episódio.” Registro a nossa eterna gratidão pela postura e pela determinação de todos os envolvidos.

Que Deus possa retribuir a vocês e suas famílias, o bem-estar

que cada um de vocês, heróis paulistas, conseguiram devol-ver à nossa população meus parabéns, muito obrigado. (Pal-mas.)

Solicito a todos os membros do Corpo de Bombeiros, convi-dados para esta solenidade, que ao final permaneçam no plená-rio para que recebam o Diploma de Honra ao Mérito. Os certi-ficados devem ser retirados de acordo com as iniciais dos vossos nomes. Aqui estão todos os certificados por ordem alfabética.

Agradeço a todas as autoridades presentes, à equipe que me ajudou nos trabalhos, toda a assessoria, aos serviços da Taquigrafia, de Atas, ao Cerimonial, aos demais parlamentares aqui presentes, à Secretaria Geral Parlamentar, à Imprensa da Casa, à TV Legislativa, às Assistências das Polícias Civil e Militar, bem como a todos que, com a sua presença, colaboraram para o êxito desta solenidade.

Com a graça e proteção de Deus, encerro a presente sessão solene.

Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 05 minutos.

\* \* \*

## 2 DE JUNHO DE 2015

<b>Presidentes:</b> JOOJI HATO, PROFESSOR AURIEL, CAIO FRANÇA, ED THOMAS e FERNANDO CAPEZ <p><b>Secretário:</b> CORONEL TELHADA</p>
<b>RESUMO</b>

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reunião extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para amanhã, um minuto após o término da reunião ordinária da mesma comissão. Convoca ato solene, a realizar-se no dia 09 de julho de 2015, às 12 horas, para "Comemorar o 83º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932".

2 - CARLOS GIANNAZI

Lembra que o Plano Nacional de Educação foi aprovado, pelo Congresso Nacional, em 23 de junho de 2014, definindo metas e diretrizes para a Educação nacional nos próximos dez anos. Diz ter sido esta política educacional construída pela sociedade civil. Informa que o estado de São Paulo ainda não formulou o seu plano estadual, cujo prazo vence em 24 de junho. Afirma que a base governista desta Casa sempre obstruiu a elaboração do Plano Estadual de Educação. Ressalta a falta de prioridade neste assunto. Menciona que a greve dos professores já dura 80 dias, em razão da falta de negociação da categoria com o governo. Apela à Comissão de Educação para que haja um debate urgente.

3 - CORONEL TELHADA

Comenta a morte de empresário, ocorrida segunda-feira, no período da tarde, na Av. Luiz Carlos Berrini. Discorre sobre atos violentos em diversos horários do dia, em locais de grande movimentação. Afirma que o sistema legal brasileiro deve ser revisto. Solicita ao secretário de Segurança Pública que aumente o policiamento na região. Diz ser necessário aumentar o efetivo da Polícia Militar e realizar uma reformulação salarial.

4 - PROFESSOR AURIEL

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Faz coro ao pronunciamento do deputado Coronel Telhada. Afirma que a Polícia deve fazer blitzes com bafômetros, assim como o desarmamento, com força tarefa em locais estratégicos. Menciona a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos. Cita o modelo de tolerância zero, aplicado em Nova Iorque. Diz que se todas as leis que foram elaboradas em seus mandatos tivessem sido aplicadas, inclusive como vereador, teríamos menor violência na sociedade. Comenta o pronunciamento do deputado Luiz Carlos Gondim, ontem, sobre a violência e falta de viaturas policiais em Mogi das Cruzes.

6 - LECI BRANDÃO

Convida para o lançamento, amanhã, da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, proposta pelo PCdoB. Informa o propósito de defender os interesses e a valorização da empresa, considerada um dos maiores patrimônios brasileiros. Cita números da empresa e do setor. Menciona invasão, por 15 homens encapuzados, na Apeoesp em Mogi das Cruzes, durante uma reunião de professores municipais. Diz que o prédio foi inteiramente destruído. Solidariza-se com os professores do estado de São Paulo.

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - LUIZ CARLOS GONDIM

Menciona a prisão, em Mogi das Cruzes, de quadrilha com 24 assaltantes, que atuavam em roubo de carga na região. Parabeniza o secretário da Segurança Pública pelo envio de 67 policiais para o batalhão da cidade. Agradece o governador. Afirma que continuará solicitando mais efetivos para a região. Discorre sobre a preocupação dos cidadãos de Santa Izabel com a transposição da represa do Rio Jaguari, e a falta de água na região, a partir de outubro. Informa que o prefeito solicitou a construção de uma represa municipal na cidade. Pede atenção especial do governo paulista para as necessidades da região.

9 - PROFESSOR AURIEL

Afirma grande o número de reclamações, feitas pelos deputados, diariamente, na tribuna desta Casa. Considera incompetente o governo estadual. Compara o metrô do México com o de São Paulo, em razão da baixa extensão construída. Destaca a dificuldade para se instalar as CPIs do “trensão” e investigar a falta de água em todo o Estado. Pede que os deputados tomem ações para o enfrentamento do Executivo.

10 - DAVI ZAIA

Diz ser hoje o Dia da Comunidade Italiana, comemorado a partir de 1988, com a lei do então deputado Vítor Sapienza. Cita a entrega do troféu Loba Romana, em sessão solene, realizada todos os anos, para aqueles que se destacaram nas relações entre Brasil e Itália. Informa a comemoração, na última sexta-feira, da 3ª Jornada Brasil-Itália, na Câmara Municipal de São Paulo. Relata que a maior comunidade italiana fora da Itália vive em São Paulo.

11 - CAIO FRANÇA

Agradece o secretário da Habitação, Rodrigo Garcia, pelo programa Litoral Sustentável. Cita a presença de diversas habitações irregulares, interferindo na Segurança Pública, Saneamento Básico, entre outros. Parabeniza o secretário, que anunciou novo conjunto de habitações populares na região. Enaltece o novo horário das 11 horas para o jogo de futebol, ocorrido em Santos, na Vila Belmiro. Ressalta que a mudança propicia a presença da família e colabora com o trabalho da Polícia Militar, devido a menores quantidades de ocorrências com drogas e bebidas. Parabeniza a CBF pelo novo horário, com a presença de mais de 15 mil pessoas.

12 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre documento, da Secretaria da Fazenda, a respeito do Projeto de lei Complementar nº 25. Informa que, de acordo com o documento, a aprovação do PLC 25 terá grande impacto orçamentário para o erário público. Aponta malefícios no projeto. Diz que, de acordo com o documento, o impacto orçamentário será de 53 milhões de reais por ano. Apela para que os deputados façam uma reflexão sobre as contradições deste projeto, antes de sua deliberação.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - ABELARDO CAMARINHA

Discorre sobre obra habitacional em Marília. Empresta apoio à criação de CPI sobre supostas irregularidades na Federação Paulista de Futebol. Comenta notícia de que o BNDES usa dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador em seus empréstimos.

14 - CAIO FRANÇA

Assume a Presidência.

15 - ED THOMAS

Assume a Presidência.

16 - CAIO FRANÇA

Pelo art. 82, comenta a situação financeira do Hospital Irmã Dulce, na Praia Grande. Elogia o anúncio da instalação de um Ambulatório Médico de Especialidades (AME) na Santa Casa de São Vicente.

17 - CAIO FRANÇA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 17 horas, por acordo de Lideranças.

18 - PRESIDENTE ED THOMAS

Saúda a celebração do Dia Internacional contra a Agressão Infantil. Defere o pedido e suspende a sessão às 15h50min.

19 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e abre a sessão às 17h09min.

20 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, saúda representantes do Judiciário, presentes nas galerias. Cita documento elaborado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, ao qual teve acesso, que discorre sobre o impacto financeiro ao Estado, se aprovado o PLC 25/13. Explica que a matéria visa à criação de 170 cargos, o que geraria um custo anual de 53 milhões de reais para os cofres públicos. Manifesta-se contrário à propositura, uma vez que, a seu ver, ela fortalece a corrupção e implica em mau uso do erário.

21 - CAMPOS MACHADO

Para questão de ordem, informa que, de autoria deste parlamentar e do deputado Estevam Galvão, a presente questão de ordem trata de pedidos de esclarecimentos acerca do PR 3/15. Diz que, com base no princípio da economicidade, estão questionando a pertinência, a constitucionalidade e a questão temporal da próxima criação das 3ª e 4ª secretarias, que comporiam a Mesa Efetiva desta Casa.

22 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Acata a questão de ordem para resposta oportuna.

23 - RAUL MARCELO

Pelo art. 82, manifesta solidariedade aos representantes da Justiça, que pleiteiam a aprovação do PLC 6/13. Discorre sobre denúncias de corrupção em licitações do Metrô. Cita empresas que pagavam propina. Lembra que o Ministério Público está pedindo a devolução de 500 milhões de reais aos cofres públicos. Defende o fortalecimento da Procuradoria, no intuito de se combater a corrupção. Informa que o deputado Abelardo Camarinha está coletando assinaturas para abertura de CPI que investigue a Federação Paulista de Futebol, iniciativa apoiada pelo PSOL. Menciona que lei, de sua autoria, obriga os clubes futebolísticos do estado de São Paulo a se certificarem de que os jogadores, menores de 18 anos, frequentam a escola.

24 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, manifesta repúdio pelo pronunciamento, em 1975, do então deputado estadual José Maria Marin, que elogiava a ação de Sérgio Paranhos Fleury, que atuou como delegado do Dops - Departamento de Ordem Política e Social - de São Paulo, durante a Ditadura Militar. Opina que Paranhos foi um dos maiores torturadores do País. Explica que ele teria sido o responsável pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog. Afirma que está comemorando a prisão de José Maria Marin.

25 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, rebate fala do deputado Carlos Giannazi, acerca de críticas a José Maria Marin. Repudia discurso do deputado Raul Marcelo, sobre a implantação de CPI para investigar a Federação Paulista de Futebol. Considera que a atitude do parlamentar configura oportunismo eleitoral e político. Diz que a apreciação dos projetos de nºs 06, 49 e 56, todos do Judiciário, têm o apoio deste Parlamento e deverão ser apreciados ainda no primeiro semestre.

26 - BETH SAHÃO

Para comunicação, saúda os visitantes presentes nas galerias. Apoi a aprovação de propositoras de interesse do Judiciário. Manifesta repúdio pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5220, proposta pelo governador, com relação às mulheres servidoras públicas que engravidarem no estágio probatório. Explica que, se tiverem filhos durante este período, elas deverão cumprir mais 6 meses de estágio, referente ao período de licença maternidade.

27 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, com acordo de lideranças.

28 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anota o pedido. Convoca sessão extraordinária para hoje, às 19 horas. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 03/06, à hora regimental, com ordem do dia. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo núme-ro legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, inicia-mos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presen-tes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expe-diente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Pro-cede à leitura da matéria do Expediente, publicada separada-mente da sessão.

\* \* \*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do Art. 18, III, “d”, da XIV Conso-lidação do Regimento Interno, esta Presidência convoca V. Exas. para uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se no dia 03 de junho de 2015, um minuto após o término da reunião ordinária da CCJR, com a finalidade de ser apreciado, em Regime de Urgência, o Projeto de lei nº 822/15, de autoria do Sr. Governador, que altera a Lei nº 6.374, de 1989, que institui o ICMS.

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Coronel Telhada, convoca V. Exas., nos termos do Art. 5º, VI, da Resolução nº 330, de 25 de junho de 1962, para um ato solene a realizar-se no dia 09 de julho de 2015, às 12 horas, no Plená-rio Juscelino Kubitschek, com a finalidade de “comemorar o 83º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932”.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pelas galerias, telespectadores da TV Assembleia, eu gostaria de retomar um tema que já debatemos em vários momentos, seja neste plenário, seja na Comissão de Educação. Refiro-me ao Plano Estadual de Educação.

Como todos sabem, o Plano Nacional de Educação já foi aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado. Fruto de uma ampla discussão que teve início em 2010, ele foi aprova-do no Congresso Nacional em 23 de junho de 2014. O plano estabelece metas e diretrizes para a educação nacional em um prazo de dez anos.

É uma espécie de plano decenal que retira dos partidos políticos e dos governos de plantão a formulação da política educacional. Ele avança por formular uma política educacional construída pela sociedade civil organizada. Logicamente, os governos também participam.

Contudo, Sr. Presidente, acabamos com o câncer que é a descontinuidade das políticas educacionais no Brasil. É para isso que serve o Plano Nacional de Educação. Nós transform-a-mos a política educacional em política do Estado brasileiro e não mais de governo, de partido político ou de secretário da Educação.

Isso teve um fim com a aprovação do Plano Nacional de Educação. O plano torna-se lei; a política educacional torna-se lei e terá de ser executada e seguida pelos sucessivos governos durante o prazo de, pelo menos, dez anos. É por isso que ele também é chamado de plano decenal.

No entanto, o estado de São Paulo não formulou o seu plano estadual, não obstante o plano nacional ter um dispositi-vo que obriga estados e municípios brasileiros a aprovarem os seus planos até 24 de junho. Havia o prazo de um ano, mas o estado de São Paulo não se mobilizou, apesar de todos os nossos apelos. Já havíamos iniciado esse debate muito antes da aprovação do Plano Nacional de Educação.

Lembro-me de que, em 2007, em nosso primeiro mandato, já fazíamos esse debate, provocando o Governo, a Secretaria da Educação e o Conselho Estadual de Educação a montarem gru-pos de discussão com a sociedade civil organizada e entidades representativas do Magistério para que pudéssemos formular, coletiva e democraticamente, uma proposta de plano estadual de Educação. Isso não foi feito.

Tive a oportunidade, inclusive, de ser o relator do projeto apresentado em 2003 pelo Fórum Paulista de Educação. Na Comissão de Educação, fui o relator e dei parecer favorável. O fato é que sempre houve obstrução; a base do governo sempre obstruiu qualquer possibilidade de formulação de um plano estadual de Educação. Mesmo após a aprovação do Plano Nacional - representado pela Lei nº 13.005 de 2014, aprovada no dia 23 de junho - e mesmo com a obrigatoriedade de for-mulação e aprovação de um plano, o estado de São Paulo não tomou nenhuma providência.

O dia 24 de junho é a data final para a aprovação do plano. Aqui, nem debatemos. Não aconteceu nada no estado de São Paulo até agora. É uma vergonha que o estado mais rico da federação não tenha priorizado o debate e a formulação de um plano estadual de Educação.

Isso demonstra claramente, mais uma vez que, no estado de São Paulo, a Educação pública está à deriva. É uma nau à deriva. Não tem projeto pedagógico, não tem projeto educacio-nal. Não temos uma linha educacional em nosso Estado. O que temos é o sucateamento e a degradação das escolas.

É por isso que a greve dos professores da rede estadual já dura praticamente 80 dias. Deputado Professor Auriel, deputada Leci Brandão, V. Exas. militam na área da Educação, acompa-nham e apoiam a greve dos professores.

Temos um governo que não negocia com os professores, que não elaborou até agora o plano estadual de Educação e, muito menos, um plano de carreira para os professores da rede estadual. Esse é o quadro da Educação no estado de São Paulo.

Faço um apelo aos deputados e principalmente à nossa Comissão de Educação, que foi formada agora. A deputada Leci Brandão é a nossa vice-presidente. Temos que fazer esse debate urgentemente, pois isso tudo é uma vergonha. O estado de São Paulo é o estado mais rico e com o maior número de escolas na América Latina inteira; só a rede estadual tem cinco mil escolas, quatro milhões de alunos matriculados e quase 300 mil profes-sores. Mas não temos plano estadual de Educação.

Temos três grandes universidades: USP, Unicamp e Unesp, além do Centro Paula Souza, com as Etec's e Fatecs.

O Plano Nacional de Educação trata da educação infantil até o ensino superior, passando inclusive pelos ensinos técnico, tecnológico e profissionalizante. Ele estabelece metas e diretri-zes para todas as áreas da Educação brasileira.

Temos essa tarefa. Precisamos formular, junto com a socie-dade civil organizada, um plano estadual de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado Luiz Fernando Machado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos assistem pela TV Assembleia, funcionários da Casa, venho à tribuna falar de um assunto recorrente na questão da Segurança pública. Nós nos preocupamos principalmente com esse assunto, pois ele interessa a todos os cidadãos paulistas, paulistanos e a todos os brasileiros.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Professor Auriel.

\* \* \*

Deparei-me hoje no jornal com uma ocorrência que acon-teceu na última segunda-feira por volta das 14 horas e 30 minutos, que me causou grande preocupação. Nós sabemos que a violência não tem tempo, horário ou local para acontecer. Mas essa ocorrência específica aconteceu na Berrini por volta das 14 horas e 30 minutos. Vejam como está a situação em São Paulo.

O cidadão, um empresário de 49 anos, o Sr. Luiz Eduardo de Almeida Barreto, havia acabado de almoçar. Foi abordado por três criminosos, que a princípio roubaram o celular, o dinheiro e não contente com isso, levaram esse cidadão alguns metros mais à frente e deram um tiro na barriga. Os indivíduos fugiram, mas a Polícia Militar, logrando êxito, acabou por prendê-los. Esse indivíduo estava armado com revólver e com os pertences roubados desse cidadão que havia acabado de ser assassinado.

Vejam como a nossa Justiça é falha. Reclamamos muito da Justiça, mas o nosso sistema legal tem de ser revisto no Brasil.

Esse cidadão que ontem matou um pai de família, um empresário, estava em liberdade condicional. Ele havia acabado de sair da cadeia fazia menos de um mês. Qual a pena que compra? Latrocínio. O que é latrocínio? Roubo seguido de morte. Ou seja, tinha saído da cadeia há questão de um mês justamente porque matou alguém para roubar e ontem ele fez a mesma coisa: matou para roubar.

Vejam como a nossa lei é falha.

A pessoa é condenada e ela não cumpre a pena integral. Segundo o jornal, ele cumpriu parte da pena, ou seja, ele não havia nem cumprido a pena e já estava nas ruas matando, e matando um pai de família. Causa estranheza o horário: em plena Avenida Berrini - sabemos do movimento ali - às 14:30, não foi na calada da noite, na madrugada não. Foi a olhos vis-tos. Portanto, é uma coisa que devemos dar atenção e solicito, junto ao senhor secretário de Segurança Pública - eu trabalhei na zona sul de São Paulo especificamente no CPA/M-2, no 12º Batalhão que faz a área da Berrini - o aumento do policiamento nessa região.

Nós somos do tempo em que tínhamos um Tático Móvel, uma Força Tática, viaturas maiores com quatro policiais arma-dos com equipamento mais forte porque hoje a criminalidade não pesa contra quem vai agir.

Temos outra ocorrência em Suzano.

Uma jovem de 25 anos, bonita, cheia de vida, Camila Beral-do Talarico, foi assassinada. Estava com o namorado. O namora-do tomou um tiro na cabeça e está em estado gravíssimo.

Ora, nós não podemos aceitar isso com tranquilidade, com calma porque não foi com a nossa família.

Temos, sim, de sentir como se fosse com a nossa família porque infelizmente poderá ser com a nossa família amanhã ou depois e temos de brigar para que isso não aconteça.